



Polícia Militar do Estado do Espírito Santo

PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA O CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS

DECISÃO DOS RECURSOS

I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infra relacionados concorrentes ao cargo disponibilizado, que insurgem contra a publicação do Gabarito Preliminar, conforme disposto no **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA INCLUSÃO EM CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS 2016**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

NOME
ADEIR SERGIO DE PAULO
ALEX ALVES CANDIDO
ALEX DE SOUZA LIMA
ALEX RIBEIRO
ALEXANDRE LUNA CESAR
ALINE CORREA BENINCA
ALINE LIMA LIRA
ANDERSON DE OLIVEIRA SANTOS
ANDRE LUIZ LOUREIRO LEMOS
ANGELICA DA C. DE FREITAS GUARINO MARIANO
ANGELICA NUNES LIRIO
BRUNO ZAMPROGNO
CHARLENE DE SOUZA VELOZO
CLEBIO LOUREIRO BAIENSE
CILLAS TOLEDO
CLAUDIANO FERREIRA NUNES
DANIELA DA SILVA NUNES DE ASSIS
DANIEL DA SILVA MINELLI
DANIELLE MOURA DA SILVA TRABACH
DENISIA DIAS DA SILVEIRA
DEVERSON DAMIANI
DEYVID BRANDAO ALVES
DILAINE SOEIRO ROCHA
EDER LOPES RUBIM
EDMILSON BUSSULAR
EDNA PAULA DA SILVA MAGNAGO
ELIZABETH DA PENHA FRAGA
ELYMARA BOTELHO RIANI DA ENCARNAÇÃO
EMERSON ARAUJO DA ENCARNACAO
ESTELA DALVA FAGUNDES MORAES CASTAO
EVANDRO FERREIRA LEITE
FLAVIA TAUFFER MARTINS DE MACEDO
GEOMAR PISSARRA TEIXEIRA



Polícia Militar do Estado do Espírito Santos

NOME
GEOVANA RUY SALERMO
GERSON LUIZ SOARES GUITTON SILVA
GLAUCIMERE PATERO COELHO
GLENDA GASPARINI GUTERRES
GREICY STREY DOS SANTOS
INGRID COUTINHO SANTOS
JAIR AGUIAR FILHO
JAMILE MUZI ARRUDA
JANDERSON CABRINI ALVARENGA
JONAS DO NASCIMENTO AZEVEDO
JUSSANAN VILA NOVA MATTOS
LAERTE FERREIRA FELIX
LETICIA SUBTIL DA SILVA PEREIRA
LORENZA MOREIRA SOUZA
MARCELO DUPEKE
MARIA APARECIDA MATOS TEIXEIRA MARTINS
MAX RAYAN GONCALVES
MILENE COSTA SILVA NOGUEIRA
MOISES DA SILVA ROBERTO
NOÉ DA MATTA RIBEIRO
PATRICIA KLASNER CHAGAS
PAULO SERGIO JANUÁRIO DE AZEVEDO
POLIANA BANHOS DOS SANTOS
PRISCILA ALVES CAUS MARTINS
PRISCILA DE SOUZA FERNANDES
RENILDO RIBEIRO AGOSTINI
ROSEANA DO CARMO GOMES
SABRINA MAGNAGO FAGUNDES
SANIA PANDELLIS GAIGHER
SILVIA CRISTINA NOGUEIRA SANTOS
TADEU RODRIGUES PIMENTEL
TARCISIANE DUTRA MARTINS
THAMIRIS DOS SANTOS DE OLIVEIRA
VANUSA DICBERNER RAMALHO
VANUZA PAIVA SATURNINO JANUTH XAVIER
VINICIUS DE OLIVEIRA VALORY
WAGNER MICHEL FINCO
WANDERSON DE SOUZA PINHEIRO
WEMERSON DE SOUZA
WILSON RODRIGUES DA SILVA



II DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões que foram anuladas também sofreram alteração, mesmo não sendo objetos de recurso, nas provas A, B e C. Tal atitude é tomada devido à isonomia e legalidade do presente Processo Seletivo Interno quando da utilização dos mesmos conteúdos programáticos. As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Questão Nº 3 – Prova A; Questão Nº 11 – Prova B; Questão Nº 7 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

Questão baseada no seguinte trecho: “Certos bens são obviamente incompressíveis, como o alimento, a casa, a roupa. Outros são compressíveis, como os cosméticos, os enfeites, as roupas supérfluas”.

Logo tem-se a classificação, sempre considerando a capacidade de paráfrase esperada do candidato:

Roupas (não adjetivada como “supérfluas” – Incompreensível;

Moradia digna (“casa”) – Incompreensível;

Bijuterias e joias (“Enfeites”) – Compreensível;

Produtos de beleza (“Cosméticos”) – Compreensível;

Alimentação saudável (“Alimento”) – Incompreensível.

Ou seja: I – I – C – C – I.

No mais, com relação à seara sobre “incompressível” e “incompreensível”, a banca considera que o erro material na digitação do vocábulo não impediu o candidato de ter devida compreensão da questão bem como sua resolução, já que, em uma questão de leitura e compreensão de textos, espera-se a interpretação contextual.

Questão Nº 4 – Prova A; Questão Nº 12 – Prova B; Questão Nº 8 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

A questão tem como base o último parágrafo do texto. Nesse sentido, observa-se que:

1. O trecho central do parágrafo coloca que tanto uma quanto outra “só poderão ser consideradas bens incompressíveis segundo uma organização justa da sociedade se corresponderem a necessidades profundas do ser humano, a necessidade que não podem deixar de ser satisfeitas sob pena de desorganização pessoal ou pelo menos de frustração mutiladora”. Em outros termos, esses bens imateriais devem ser uma necessidade tão profunda (“intrínseca”) que sua ausência pode gerar uma mutilação (ou “degradação”).
2. A organização justa da sociedade independe da valoração dos bens. De certa forma, essa valoração é posterior ou, ao menos, simultânea a equidade, porque, uma vez que se legitima um direito, ele já deve ocorrer, sob pena de a igualdade se desfazer.
3. O texto não expõe que a literatura está contida no conceito de arte, apenas questiona se “a fruição da arte e da literatura estaria mesmo nesta categoria” (dos bens incompreensíveis).
4. Não são as minorais sociais dominantes que, por si só, definem o que é ou não um bem incompreensível; o texto não afirma isso.
5. Se se sabe que os dois bens são necessários, não se existe questão, já que a indagação é justamente esta: se são ou não importantes.

Nesse sentido, é certo e irrefutável que “...é necessário que as duas sejam entendidas como necessidades intrínsecas ao ser humano, sob pena de degradação pessoal”.

Por fim, como já colocado, com relação à seara sobre “incompressível” e “incompreensível”, a banca considera que o erro material na digitação do vocábulo no comando da questão não impediu o candidato de ter devida compreensão dela, bem como de sua resolução, já que, em uma questão de leitura e compreensão de textos, espera-se a interpretação contextual, que foi devidamente dada na questão.



Questão Nº 5 – Prova A; Questão Nº 1 – Prova B; Questão Nº 9 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

Acerca dessa questão tem-se:

1. LISTAR - As palavras não guardam um sentido estrito, mas sempre devem ser pensadas em seu contexto aplicação. Assim sendo, “arrolar”, na situação discursiva em que se encontra, apresenta o sentido de listar, uma vez que quem pensa em seus direitos, faz uma lista deles, faz uma lista deles e, estando listados, não estendem todos ao semelhante.
2. CONCORDAR - É apenas uma elucubração acerca do assunto, sem respaldo teórico.
3. ROLAR - É uma outra acepção do verbo, não aplicada ao contexto, com sentido de “fazer rolo” (outra forma de dizer “enrolar”).
4. ARROXAR - É apenas uma elucubração acerca do termo considerando sua morfologia, sem respaldo teórico.
5. CLASSIFICAR - Tal acepção ocorre quando o verbo assume transitividade direta, mas com utilização de “em” ou “entre”: “Arrolaram Maria e Léa entre as candidatas ao cargo”, o que não ocorre porque, no caso, não há necessidade de preposição.

Questão Nº 6 – Prova A; Questão Nº 2 – Prova B; Questão Nº 10 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

Acerca dessa questão, é correto afirmar que:

- (I) Tem base no trecho já do primeiro parágrafo que afirma: “Na verdade, a tendência mais funda é achar que os nossos direitos são mais urgentes que os do próximo” e se confirma, por oposição, em: “o esforço para incluir o semelhante no mesmo elenco de bens que reivindicamos está na base da reflexão sobre os direitos humanos”.
- (II) Parte do parágrafo que se inicia com: “Por isso, a luta pelos direitos humanos pressupõe a consideração de tais problemas...”. Esse tópico frasal retoma a discussão entre os tipos de bens e o desenvolvimento do parágrafo coloca que quais são os bens materiais e imateriais necessário ao ser humano, logo, definindo, quais são, em determinada sociedade, os direitos humanos.
- (III) O que o texto coloca é que “a educação pode ser instrumento para convencer as pessoas de que o que é indispensável para uma camada social não o é para outra” e não que ela é “rotineira” em definir certos bens (que, na realidade, seriam os compreensíveis, já que não necessários a todos).
- (IV) Incorreta, uma vez que o texto ensina: “são bens incompressíveis *não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes*, mas os que garantem a integridade espiritual”.

E, enfim, acerca da discussão já extenuada sobre “incompressível” e “incompreensível”, a banca reafirma o posicionamento de que considera que o erro material na digitação do vocábulo no comando da questão não impediu o candidato de ter devida compreensão dela, bem como de sua resolução, já que, em uma questão de leitura e compreensão de textos, espera-se a interpretação contextual, sendo que o contexto está claramente evidenciado a partir do texto.

Questão Nº 7 – Prova A; Questão Nº 3 – Prova B; Questão Nº 11 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

O **advérbio** “é a palavra que caracteriza o processo verbal, exprimindo circunstâncias em que esse processo se desenvolve” e, também, “diferentemente do que seu nome indica, o advérbio não é modificador exclusivo do verbo. Os advérbios de intensidade e os de modo podem modificar também adjetivos e advérbios” (INFANTE e NETO, 2010, p. 266); no caso em análise, as duas ocorrências de “mais” modificam adjetivos, quer seja, “funda” e “urgentes”.

Os **pronomes** “são palavras que representam os seres ou se referem a eles. Podem substituir os substantivos ou acompanhá-los, para tornar-lhes claro o sentido” (INFANTE e NETO, 2010, p. 279) e, ainda, os pronomes pessoais “fazem referência às pessoas do discurso, atribuindo-lhes a posse de algo” (INFANTE e NETO, 2010, p. 285); no caso em análise, “nossos” acompanha os “direitos” da coletividade (primeira pessoa do plural, conforme concordância do trecho), deixando mais claro sobre o que se fala.

Por fim, o **artigo** “é a palavra que acompanha o substantivo, servindo basicamente para generalizar ou particularizar o sentido desse substantivo” (INFANTE e NETO, 2010, p. 236); no caso em tela, “os” particulariza “direitos”, no entanto, há de se observar que ocorre no trecho uma elipse (omissão de uma palavra [no caso, “direitos”] que se infere pelo contexto) que suplanta o substantivo ao qual se refere o artigo.



Polícia Militar do Estado do Espírito Santos

Nesse sentido, no contexto da questão, observa-se, no comando a colocação: as DUAS ocorrências de “mais” e as DUAS ocorrências de “os” e a ocorrência de “nosso”. Assim sendo, como já comentado, em “que os do próximo” há uma elipse, mas em “achar que os nossos” não, sendo, de todo modo, que as duas partículas cumprem a mesma função.

Questão Nº 9 – Prova A; Questão Nº 5 – Prova B; Questão Nº 1 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

A banca esclarece que no excerto em análise as palavras em destaque fazem referência a dois sujeitos distintos, por isso tem suas flexões igualmente distintas.

Assim sendo, o sujeito de “estes” (a quem o pronome retoma) é “direitos humanos”. Em outras palavras: “[...] o problema dos direitos humanos, pois a maneira de conceber a estes [=os direitos humanos] depende daquilo que classificamos como bens incompressíveis”.

E, da mesma forma, o sujeito com o qual o verbo “depende” concorda é “a maneira” (com o artigo, que é substantivador de pronome). Lido de outra forma: “[...] pois a maneira de conceber depende daquilo [...]”.

Em resumo: Os sujeitos dos termos em destaque são respectivamente “direitos humanos” e “a maneira”.

Por fim, salienta-se igualmente que o excerto em análise foi retirado do texto e, logo, deveria ser pensando em sua relação com ele. Assim, não vigora qualquer afirmação de que o trecho deveria ser analisado isoladamente (o comando não solicitava ou informava que os sujeitos estariam necessariamente no termo em destaque, mas sim – e tão somente – os termos analisados pelo item).

Questão Nº 10 – Prova A; Questão Nº 6 – Prova B; Questão Nº 2 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

Sobre esta questão a banca salienta que:

1. O gabarito é a definição básica de presente do indicativo, tempo verbal exposto no trecho.
2. “fala de fatos passados, assumindo a forma de presente histórico”: Define, como a própria alternativa aponta, o presente histórico, tempo verbal que não é apresentado pelo (com)texto.
3. “indica um futuro próximo que com certeza se concretizará.”: É uma outra acepção possível de presente do indicativo, mas somente em casos como: “Daqui a pouco, a gente volta” – ocorrência não verificável no texto.
4. “aponta para uma ideia passada contínua que ainda é permanente”: Traz a ideia de pretérito imperfeito, mas com incoerência ao colocar que ainda é permanente.
5. “mostra um processo passado que ocorreu juntamente com outro”: Outra acepção de pretérito imperfeito.

Por fim, acerca da relação do verbo com seu contexto de aplicação, o *caput* do item apenas salientou a necessidade de avaliar o tempo verbal no texto, sendo a questão sobre única e exclusivamente “tempos verbais”. E, ainda, pontua-se que o Manual do certame indicava referências bibliográficas a serem consideradas (e não permitindo a utilização de referências externas a ele – “TeunVan Dijkem” ou “Bakhtin”), o que dá lisura ao processo.

Questão Nº 11 – Prova A; Questão Nº 7 – Prova B; Questão Nº 3 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

A banca esclarece que a regência verbal se ocupa do estudo da relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam, sobretudo nos casos em que os verbos são transitivos porque podem ou não solicitar preposição.

No caso da questão, o verbo apresentado no enunciado, “pensar”, em seu contexto tem transitividade indireta, pois tem o sentido de “refletir sobre”, isto é: “Pensar EM...” (no texto). Igualmente, “passe” (passar), apresenta o sentido de “manifestar-se repentinamente”, logo: “...passe PELA...”

Já as demais opções apresentam verbos com transitividade direta, que não necessitam de preposição.



Questão Nº 12 – Prova A; Questão Nº 8 – Prova B; Questão Nº 4 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

Sobre essa questão tem-se que:

Afirmativa I: A voz passiva pode ser definida como “forma verbal que indica que a pessoa é o *objeto* da ação verbal”, no caso, sendo “paciente”. Sendo assim, em seu caráter analítico, ela se apresenta quando há uso do verbo “ser” + particípio do verbo principal, como no caso. Nele se observa o verbo “ser” flexionado no presente do indicativo junto com o particípio do verbo “ligar” (“está ligada”).

Afirmativa II: Na voz ativa “o ser a que o verbo se refere é o agente do processo verbal”, em outros termos, ele pratica a ação, como no caso. Aqui observa-se que x não “passa” pela cabeça, isto é, x pratica a ação (pelo negativo).

Afirmativa III: Na voz reflexiva “o ser a que o verbo se refere é, ao mesmo tempo, agente e paciente do processo verbal” e sua forma em geral vem acrescida da fórmula “-se”. No caso da afirmativa em análise, embora o pronome reflexivo tenha sido omitido, o verbo é usado em sua noção reflexiva: “Os da minha idade ainda **[se]** lembram...”. O verbo não seria reflexivo em casos como “A mãe lembrou o filho de que ele tinha de fazer lição”, por exemplo.

E, ainda na seara desse item, observe-se que a assertiva coloca que: “o verbo está na voz ativa”. Sendo três as vozes verbais, ativa, passiva e reflexiva, e já sabendo que, no caso o verbo é reflexivo, é certo que ele não está na voz passiva, já que pratica e recebe a ação de lembrar.

Questão Nº 14 – Prova A; Questão Nº 13 – Prova B; Questão Nº 15 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

A banca informa acerca dessa questão que:

1. Há crase diante do pronome “aquele” sempre que o termo regente da oração exigir a preposição. No caso, o termo regente é “igual”, que exige, já que o que é igual é igual a alguma coisa.
2. “Não sei quem é àquele novo funcionário da empresa”: No caso o termo regente é o verbo ser, que não solicita preposição, por isso a crase está mal-empregada.
3. “O meu fogão é à gás e o dele é elétrico”: Não se usa crase diante de substantivo masculino.
4. “Assisti à muitos jogos incríveis nas Olimpíadas”: Nesse caso não se usa crase diante de adjetivo masculino. Além disso, não se discute que o verbo, aqui, tem transitividade indireta, por isso mesmo a preposição “a” [que não flexiona em número e gênero]. No entanto, observe que o artigo é indefinido: “assisti a **[uns]** muitos jogos...”, caso fosse definido, aí sim a contração com a preposição ocorreria, mas marcando o plural e o gênero: “assisti **aos** muitos jogos...”.
5. “O depoente se dispôs à colaborar com a investigação”: Não se usa crase diante de verbos no infinitivo.

Questão Nº 17 – Prova A; Questão Nº 30 – Prova B; Questão Nº 24 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

A banca esclarece, em primeiro lugar, que tanto as questões quanto os recursos deveriam ser baseados tão somente nas referências bibliográficas indicadas no Manual do certame. Sendo assim, para a prova de conhecimento técnico-policia, tem-se devidamente arrolado Bayley (2011). Em sua obra, o autor explica:

“[...] descreverei atribuições administrativas em termos de patrulhamento, investigação criminal, controle de trânsito, administração interna e controle auxiliar. [...]. Os significados desses termos são óbvios, exceto para **controle auxiliar. Este se refere a tarefas administrativas executadas por policiais para o Estado e que não têm a ver com suas responsabilidades primárias**; elas poderiam igualmente ser executadas por outras agências governamentais”. (p. 121).

Disso, depreende-se a total relação do conteúdo da questão com a fonte-base, sendo ela totalmente válida, ao se considerar as referências realmente arroladas.



Polícia Militar do Estado do Espírito Santos

Questão Nº 18 – Prova A; Questão Nº 31 – Prova B; Questão Nº 25 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

A banca esclarece que as questões privilegiam do candidato a capacidade de paráfrase e correlação de conhecimentos, em detrimento de uma simples memorização dos dados. Nesse sentido, a fonte base (Bayley, 2011) coloca que:

“A distinção entre atribuições direcionadas para o Estado e direcionadas para o público amplia o conceito de instigação proativa e reativa para aplicá-lo à organização policial como um todo. INSTIGAÇÃO PROATIVA descreve um contato no qual a iniciativa é tomada pela polícia, INSTIGAÇÃO REATIVA ocorre quando a iniciativa vem do público. Instigação reativa, então ocorre apenas com forças cujas atribuições não são monopolizadas pelo Estado. Enquanto a resposta da polícia à iniciativa pública não é automática em qualquer atribuição, **algumas atribuições são inevitavelmente proativas**, tais como proteger VIPs, **guardar edifícios públicos e controlar multidões, onde a ação é instigada exclusivamente pela autoridade pública.** (p. 127).

Desse excerto, depreende-se que a questão ora vítima de discussão está plenamente articulada com a fonte bibliográfica.

Questão Nº 19 – Prova A; Questão Nº 32 – Prova B; Questão Nº 26 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

A banca esclarece sobre esta questão que ela foi pautada pela Portaria Interministerial nº 4.226, de 31/12/2010, conteúdo devidamente arrolado no conteúdo programático. Nesse sentido, para deixar claro ao candidato o ponto de vista teórico, retoma, já no comando, o texto da Portaria (“o **agente de segurança pública** envolvido deverá realizar...”).

Observando os ditames da Portaria citada, é fato que colocam:

“10. Quando o uso da força causar lesão ou morte de pessoa(s), o **AGENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA** envolvido deverá realizar as seguintes ações:

- facilitar a prestação de socorro ou assistência médica aos feridos;
- promover a correta preservação do local da ocorrência;**
- comunicar o fato ao seu superior imediato e à autoridade competente; e
- preencher o relatório individual correspondente sobre o uso da força, disciplinado na Diretriz n.º 22.

11. Quando o uso da força causar lesão ou morte de pessoa(s), o **ÓRGÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA** deverá realizar as seguintes ações:

- facilitar a assistência e/ou auxílio médico dos feridos;
- recolher e identificar as armas e munições de todos os envolvidos, vinculando-as aos seus respectivos portadores no momento da ocorrência;
- solicitar perícia criminalística para o exame de local e objetos bem como exames médico-legais;**
- comunicar os fatos aos familiares ou amigos da(s) pessoa(s) ferida(s) ou morta(s);**
- iniciar, por meio da Corregedoria da instituição, ou órgão equivalente, investigação imediata dos fatos e circunstâncias do emprego da força;
- promover a assistência médica às pessoas feridas em decorrência da intervenção, incluindo atenção às possíveis seqüelas”.**

Questão Nº 24 – Prova A; Questão Nº 17 – Prova B; Questão Nº 31 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

A banca esclarece que se espera do candidato, ao resolver uma questão capacidade de análise, relação, hipótese e paráfrase. Nesse sentido, ao analisar uma questão, por seu teor, é esperado que a correlacione com a fonte-base, uma vez que o Manual do certame arrola as referências a serem consideradas para o processo (não sendo aceito, sob pena de fragilizar a lisura, a utilização de outras bases estrangeiras ao Manual).

Assim sendo, o Decreto nº 88.777, de 30/09/1983, coloca o que se lê a seguir (observe a direta relação do texto de lei com o texto da questão):

“27) Policiamento Ostensivo - Ação policial, exclusiva das Polícias Militares em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública.

São tipos desse policiamento, a cargo das Polícias Militares ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, os seguintes:

- ostensivo geral, urbano e rural;



Polícia Militar do Estado do Espírito Santos

- de trânsito;
 - florestal e de mananciais;
 - rodoviária e ferroviária, nas estradas estaduais;
 - portuário;
 - fluvial e lacustre;
 - **de radiopatrulha terrestre e aérea;**
 - de segurança externa dos estabelecimentos penais do Estado;
 - outros, fixados em legislação da Unidade Federativa, ouvido o Estado-Maior do Exército através da Inspeção-Geral das Polícias Militares”.
- Disso depreende-se que a “patrulha marinha” não está aqui listada, impondo que o item “II” seja incorreto.
-

Questão Nº 26 – Prova A; Questão Nº 19 – Prova B; Questão Nº 33 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

Sobre essa questão, a fonte-base (Bayley, 2011) ensina que:

- **“As características nacionais de uma população [...] aquilo com que elas se envolvem mais frequentemente”.** (p. 119-120). Sendo claramente esse o gabarito da questão.

Além disso, a mesma fonte coloca, em excerto anterior:

- “[...] tem-se sugerido que os resultados podem ser afetados pela distância social entre o suspeito e o oficial de polícia”. Logo, não vigora a afirmação de que “B Elas podem de incentivar a população a denunciar questões importantes”.
- Outro trecho: “Da mesma forma, o público pode ser encorajado a trazer questões triviais à atenção da polícia se ele acreditar que vai receber um tratamento simpático” (p.119-20). Assim sendo, é incorreto afirmar que: “Esses aspectos geram um distanciamento social entre o público e a polícia”

E de modo contrário também coloca:

- “Podem afetar o que as forças estão preparadas para fazer”. Aqui, observe-se que o texto da fonte afirma que podem afetar aquilo que as forças ESTÃO PREPARADAS, isto é: já estão prontas, mas pode ser alterado. E, na assertiva da questão, lê-se “Tais traços podem alterar a percepção daquilo que a polícia SE PREPARA para fazer”, quer dizer: aquilo que ainda não está preparado, que está em processo de feitura.

Por fim, ainda se lê em Bayley:

- “[...] como elas costumam lidar com essas situações” e o distrator aponta: “Esses atributos conseguem impedir a forma habitual de se lidar com as situações”.
-

Questão Nº 29 – Prova A; Questão Nº 22 – Prova B; Questão Nº 16 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

A banca esclarece sobre essa questão que é esperada do candidato a capacidade de paráfrase. Nesse sentido, o texto legal (Decreto nº 88.777, de 30/09/1983) coloca que:

Afirmativa I: “Art . 22 - Os policiais-militares da ativa, enquanto nomeados ou designados para exercerem cargo ou função em qualquer dos órgãos relacionados nos Art 20 e 21, não poderão passar à disposição de outro órgão”.

Afirmativa II: “Art . 24 - Os policiais-militares, no exercício de função ou cargo não catalogados nos Art 20 e 21 deste Regulamento, são considerados no exercício de função de natureza civil”.

Afirmativa III: “Parágrafo único [art. 24] - Enquanto permanecer no exercício de função ou cargo público civil temporário, não eletivo, inclusive da administração indireta, o policial-militar ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá ser promovido por antigüidade, constando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a inatividade e esta se dará, ex-officio , depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, na forma da lei”.

Afirmativa IV: “Art. 21 [...] § 2o Os policiais-militares e bombeiros-militares da ativa SÓ PODERÃO ser nomeados ou designados para exercerem cargo ou função nos órgãos constantes dos itens 1 a 6 do § 1o na conformidade de vagas e cargos nos respectivos órgãos cessionários”. E, aqui, entende-se que “Apenas poderá...” é uma paráfrase possível para “só poderão”, observando a concordância verbal.



Polícia Militar do Estado do Espírito Santos

Questão Nº 30 – Prova A; Questão Nº 23 – Prova B; Questão Nº 17 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

A banca reafirma a necessidade capacidade de paráfrase e correlação contextual, em detrimento da simples memorização dos dados. Nesse sentido, a questão ora vítima de discussão tem relação direta com a fonte-base (Rover, 2005). Veja-se:

Afirmativas I e II: “O fator humano na aplicação da lei não deve pôr em risco a necessidade da legalidade e a ausência de arbitrariedade. [...] os encarregados da aplicação da lei devem desenvolver atitudes e comportamentos pessoais que os façam desempenhar suas tarefas de uma maneira correta”. (p. 168-9).

Afirmativa III: “Os encarregados da aplicação da lei devem não só conhecer os poderes e a autoridade concedidos a eles por lei, mas também devem compreender seus efeitos potencialmente prejudiciais (e potencialmente corruptores)”.

Afirmativa IV: “Quando os encarregados recorrem a práticas que são contra a lei ou estão além dos poderes e autoridade concedidos por lei, a distinção entre os dois [entre os que aplicam a lei e os infratores (criminosos) que a infringem] já não pode ser feita”.

Questão Nº 35 – Prova A; Questão Nº 28 – Prova B; Questão Nº 22 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

A banca esclarece, em primeiro lugar, que tanto as questões quanto os recursos deveriam ser baseados tão somente nas referências bibliográficas indicadas no Manual do certame. Sendo assim, acerca de Polícia Comunitária e Policiamento comunitário, o *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária* / ensina que:

“Na prática **Polícia Comunitária** (como filosofia de trabalho) difere do **Policiamento Comunitário** (ação de policiamento junto a comunidade). Aquela deve ser interpretada como filosofia organizacional indistinta a todos os órgãos de Polícia, esta pertinente às ações efetivas com a comunidade”.

E, além disso, postula:

“A idéia central da **Polícia Comunitária** reside na possibilidade de propiciar uma aproximação dos profissionais de segurança junto à comunidade onde atua [...], dar característica humana ao profissional de polícia, e não apenas um número de telefone ou uma instalação física referencial. Para isto realiza um amplo trabalho sistemático, planejado e detalhado. Já, o **Policiamento Comunitário** [...] é uma maneira inovadora e mais poderosa de concentrar as energias e os talentos do departamento policial na direção das condições que freqüentemente dão origem ao crime e a repetidas chamadas por auxílio local”. (p. 39).

Questão Nº 36 – Prova A; Questão Nº 46 – Prova B; Questão Nº 41 – Prova C

RECURSO PROCEDENTE – Anula-se a questão.

A banca informa que a presente questão será anulada. A anulação do item ocorre pois o comando da questão não aponta a partir de que lei se discute a temática do soldo, sendo que as referências bibliográfica apontam dois dispositivos legais que discorrem sobre o assunto, a saber: a Lei 2.701, de 16.06.1972 e Lei 3.196, de 09.01.1978.

Ao ponderar que a ausência de tais informações poderia induzir o candidato ao erro, opta-se pela nulidade do item.

Questão Nº 40 – Prova A; Questão Nº 50 – Prova B; Questão Nº 45 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

A banca entende, sobre esse item, que ele não é dissonante do texto da lei base (LC nº 420/2007), já que o texto legal orienta que:

“Art. 13. O militar da ativa, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do **inciso I do artigo 12** desta Lei Complementar, será reformado com qualquer tempo de contribuição ao regime de previdência, tendo o seu provento fixado com base no valor do subsídio do posto ou da graduação imediatamente superior, correspondente à data de declaração de incapaz, e na referência 17 (dezessete) da tabela de subsídio”.

E no inciso I do art. 12 lê-se: “ferimento recebido em operações militares, relativas às atividades de polícia militar e de bombeiro militar, ou doença contraída nessa situação, ou que nela tenha sua causa eficiente”.

Sendo assim, a questão é efetiva, coerente e vigora.



Polícia Militar do Estado do Espírito Santos

Questão Nº 41 – Prova A; Questão Nº 36 – Prova B; Questão Nº 46 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

Sobre esta questão, a banca esclarece que o texto da lei-base (LC 467/2008) é inequívoco ao colocar o comportamento disciplinar adequado como mérito disciplinar. Assim, veja-se:

- Tempo de efetivo serviço na graduação ou posto atual: “Art. 4º Para a valoração e apuração da ATDP ou do critério de merecimento, serão levados em consideração os seguintes aspectos:
[...]
I - Mérito Militar:
a) estar no comportamento militar estadual **excepcional**: 3,0 (três) pontos
[...]
f) tempo de efetivo serviço na graduação ou posto atual: 0,5 (zero vírgula cinco) ponto por ano”.
 - Comportamento disciplinar adequado: **Mérito Disciplinar** (Inciso III, a, do art.).
 - Aprovação em curso de formação ou habilitação oferecidos pela PMES, Aprovação em curso de aperfeiçoamento de sargentos oferecido pela PMES e Diplomação em curso superior em instituição de ensino militar ou equivalente: Títulos (Inciso I, a, b e d do art. citado, respectivamente).
-

Questão Nº 44 – Prova A; Questão Nº 40 – Prova B; Questão Nº 49 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

A banca esclarece que o presente item fora totalmente pautado pela lei-base que o norteou (Decreto nº 254-R, de 11 de agosto de 2000). Nesse sentido, sem ter que se falar em “expressão é meramente do mundo da língua portuguesa”, mesmo porque, em última instância, toda e qualquer expressão que se usa pelo falante da língua, é do mundo da língua portuguesa.

Desse modo, a lei-base coloca no art. 10:

- “que servirem sob a suas ordens”: O inciso V do artigo citado coloca: “V – os Comandantes Intermediários, os Diretores, e demais ocupantes de função privativa do cargo de Coronel, aos que servirem sob suas ordens”
- “todos que estiverem sujeitos ao Regulamento Disciplinar”: Inciso I do art.
- “que servirem sob a sua chefia e jurisdição”: Inciso III.
- “todos os militares estaduais da ativa abaixo de seu posto”: Inciso IV.
- “que estiverem sob sua subordinação funcional e hierárquica” Inciso VI.

Pelo exposto, é evidente e inequívoca a correção entre a lei e a questão.

Questão Nº 51 – Prova A; Questão Nº 61 – Prova B; Questão Nº 56 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

Questão com base na CF/88, onde, no art. 1º se lê:

“A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Ou seja: os itens “I” e “III” estão incorretos porque se fala em “livre iniciativa” e “pluralismo político”, respectivamente; os outros dois encontram respaldo na Carta Magna.



Polícia Militar do Estado do Espírito Santos

Questão Nº 52 – Prova A; Questão Nº 62 – Prova B; Questão Nº 57 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

A banca esclarece, em primeiro lugar, que tanto as questões quanto os recursos contra elas deveriam ser pautados tão somente nas referências bibliográficas indicadas no Manual do Certame. Sendo, assim, desconsiderado qualquer outra bibliografia ou texto legal estrangeiro a eles.

Além disso, salienta que a questão está em total consonância com a Constituição Federal de 1988 e que todos os termos utilizados, quer em seu comando, quer nas alternativas, são consoantes ao contexto de aplicação, não tendo que se falar em qualquer erro material.

Nesse sentido, remetendo o olhar sobre a CF (citada no *caput* da questão como base de resposta), tem-se que:

“Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; [e aqui respalda-se o gabarito, já que o caso hipotético informa que os pais estavam a serviço do país de origem].

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira”.

Questão mantida.

Questão Nº 53 – Prova A; Questão Nº 63 – Prova B; Questão Nº 58 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

A banca esclarece que espera-se do candidato capacidade análise e não apenas o conhecimentos de informações *ipsis litteris*. Nesse sentido, a questão, baseada no art. 26 da Constituição Federal, está em consonância com a lei. Na Carta Magna se lê:

“Art. 26. Incluem-se entre os **bens dos Estados**:

II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros” (observe-se que não há a partícula “e”).

Já as demais alternativas citam exemplos de **bens pertencentes à União**:

“Art. 20. São bens da União:

II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III - **os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio**, ou que banhem mais de um Estado, **sirvam de limites com outros países**, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

[...]

VIII - os potenciais de energia hidráulica;

IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

[...]

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração”.

Questão Nº 57 – Prova A; Questão Nº 52 – Prova B; Questão Nº 62 – Prova C

RECURSO PROCEDENTE – Anula-se a questão.

A banca defere os pedidos de anulação da questão dado que a alternativa dada como gabarito apresenta-se dissonante do texto legal. Com base no art. 30, § 1º do Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/1941), tem-se que:

“A representação feita oralmente ou por escrito, sem assinatura devidamente autenticada do ofendido, de seu representante legal ou procurador, será reduzida a termo, perante o juiz ou **autoridade policial**, presente o órgão do Ministério Público, quando a este houver sido dirigida”.



Polícia Militar do Estado do Espírito Santos

E a alternativa dada com correta coloca: “A representação feita oralmente ou por escrito, sem assinatura devidamente autenticada do ofendido, de seu representante legal ou procurador, será reduzida a termo, perante a **autoridade oficial**, quando a este houver sido dirigida”.

Entende-se, portanto, que a troca não é sinônima, sendo o arcabouço de “autoridades oficiais” bastante amplo e não se referindo apenas aos policiais.

Questão anulada.

Questão Nº 58 – Prova A; Questão Nº 53 – Prova B; Questão Nº 63 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

Acerca dessa questão, a banca esclarece preliminarmente que tanto o item de prova quanto os recursos contra ele deveriam ser pautados tão somente pela bibliografia indicada para o certame. Nesse sentido, considerando o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/1941), vê-se que:

“Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal.

§ 1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para:

- a) prender criminosos;
- b) apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos;
- c) apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos;
- d) apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso;
- e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu;
- f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;
- g) apreender pessoas vítimas de crimes;
- h) colher qualquer elemento de convicção.

§ 2º Proceder-se-á à busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras *b* a *f* e letra *h* do parágrafo anterior”.

Sendo assim, tem-se que:

- “apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos”: encontra respaldo no dizer do § 2º em sua articulação do anterior (item “b”).
- “prender criminosos”: Item “a” não previsto no § 2º.
- “apreender pessoas vítimas de crimes”: Item “c” não previsto no § 2º.
- “apreender documento em poder do defensor do acusado”: Parte do texto do art. 243 § 2º: “Não será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, salvo quando constituir elemento do corpo de delito”. Mas é certo que não tem a ver com o artigo tema da questão.
- “resgatar vítimas de sequestro”: Elucubração acerca do assunto, sem respaldo algum na lei.

Pelo exposto, questão mantida.

Questão Nº 61 – Prova A; Questão Nº 56 – Prova B; Questão Nº 51 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

No texto legal em análise (Decreto-Lei Nº 1.001/969), o qual a questão se refere, tem-se:

“Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:

I - os crimes de que trata este Código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial;

II - os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:

- a) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado;
- b) por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;
- c) por militar em serviço, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito a administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;
- d) por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil;
- e) por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;
- e) por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar”.



Polícia Militar do Estado do Espírito Santos

Nesse sentido, a alternativa que gabarita a questão é **incorreta** (já que isso era o solicitado) com a lei, já que o texto prevê que pode ser considerado crime “ainda que fora do lugar sujeito a administração militar”.

Questão Nº 65 – Prova A; Questão Nº 60 – Prova B; Questão Nº 55 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

A banca esclarece que a presente questão está em total consonância com o ECA (Lei nº 8.069/1990) e suas alterações – conteúdo plenamente de acordo com as referências previstas. Assim sendo, ressalta-se a necessidade de articulação de conhecimentos, bem como a capacidade de paráfrase e de considerar as informações contextualmente e não somente o texto legal *ipsis litteris*. Observa-se, desse modo, que o comando da questão solicitou que “o que se deve fazer” quando verificada a inexistência de registro anterior, e não “quem” (o sujeito) que deve ou tem autoridade para o ato legal.

Logo, o texto legal prevê exatamente que:

“Art. 102. As medidas de proteção de que trata este Capítulo serão acompanhadas da regularização do registro civil.

§ 1º Verificada a inexistência de registro anterior, o assento de nascimento da criança ou adolescente será feito à vista dos elementos disponíveis, mediante requisição da autoridade judiciária [esta sim competente, mas não anulando o fato do procedimento a ser executado].

§ 2º Os registros e certidões necessários à regularização de que trata este artigo são isentos de multas, custas e emolumentos, gozando de absoluta prioridade”.

Questão em consonância com a Lei.

Questão Nº 66 – Prova A; Questão Nº 69 – Prova B; Questão Nº 67 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

Sobre essa questão, informa-se que na fonte-base para ela lê-se: “Os componentes físicos do computador (hardware) são simples peças do jogo do processamento. Quem as comanda são os softwares (programas)”. E a mesma obra aponta que os “sistemas operacionais” são apenas um subtipo de “software”: “os sistemas operacionais são softwares que gerenciam os recursos do computador, fazendo-o funcionar corretamente”.

Logo, dado que o enunciado apresentado retoma a ideia de “comando de processamento, conforme exposto na obra-base, entende-se que a questão é coerente com a obra e deve ser mantida.

Fonte: ANTÔNIO, João. *Informática para concursos*. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2005.

Questão Nº 65 – Prova A; Questão Nº 60 – Prova B; Questão Nº 55 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

Sobre essa questão, informa-se que na fonte-base para ela lê-se: “Os componentes físicos do computador (hardware) são simples peças do jogo do processamento. Quem as comanda são os softwares (programas)”. E a mesma obra aponta que os “sistemas operacionais” são apenas um subtipo de “software”: “os sistemas operacionais são softwares que gerenciam os recursos do computador, fazendo-o funcionar corretamente”.

Logo, dado que o enunciado apresentado retoma a ideia de “comando de processamento, conforme exposto na obra-base, entende-se que a questão é coerente com a obra e deve ser mantida.

Questão Nº 70 – Prova A; Questão Nº 68 – Prova B; Questão Nº 66 – Prova C

RECURSO IMPROCEDENTE– Reafirma-se como opção correta o publicado no gabarito preliminar

Acerca dessa questão, a banca salienta que, no *Mozilla Firefox*, para que não se tenha que “substituir senhas já salvas” em sites, como coloca o comando da questão (e aqui se observa o pressuposto de que se existe a preocupação de não substituir uma senha é porque se substituirá uma outra), é necessário que se abra uma “janela privativa”.

É esse o recurso que permite fazer uma navegação sem histórico ou dados de navegação (como senhas e contas ativas) e cache. Do contrário, toda a navegação ficará registrada e corre o risco de acessar contas ativas que estão registradas naquele navegador e não são suas.

Nesse sentido, a questão é coerente e mantida.



Polícia Militar do Estado do Espírito Santos

III GABARITO RETIFICADO

Face às decisões dos recursos interpostos, retifica-se o gabarito preliminar publicado no dia 22/05/2017.

PROVA - TIPO A																																		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
B	D	C	E	B	C	D	A	E	C	B	A	D	C	B	E	B	A	C	D	A	E	A	B	D	C	A	B	E	D	A	E	D	B	D
36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
X	E	B	D	C	A	B	E	C	E	A	C	E	D	E	B	C	D	A	E	C	X	B	E	A	C	B	D	A	C	A	E	C	D	B

PROVA - TIPO B																																		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
C	D	E	B	A	D	E	B	C	E	D	A	D	C	E	B	C	E	D	B	C	A	E	B	A	C	C	E	A	C	B	D	E	B	A
36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
B	A	C	A	D	B	D	A	E	C	X	A	C	E	D	C	X	D	A	B	D	C	E	B	D	A	D	E	B	A	D	C	E	B	A

PROVA - TIPO C																																		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
B	E	A	C	D	A	E	B	D	E	A	C	D	C	E	B	D	C	E	A	D	B	C	D	A	E	C	D	B	A	C	B	A	D	A
36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
C	B	D	A	E	X	D	B	E	B	C	E	B	A	D	B	E	A	C	B	E	A	D	B	C	E	X	A	C	E	C	B	E	A	D